

1 Aos nove dias do mês de Julho do ano de dois mil e vinte e quatro, às catorze horas, foi  
2 realizada a Tricentésima Décima Quinta reunião ordinária do Conselho Estadual de  
3 Saúde da Paraíba. Constatando quórum legal, o presidente Antonio Eduardo Cunha  
4 iniciou a reunião com os informes passando a palavra para a conselheira Erica que falou  
5 da conclusão da especialização em Direito Sanitário pela Universidade de São Paulo com  
6 o tema Democracia Sanitária e sobre o projeto de pesquisa de uso da saúde digital na  
7 gestão do SUS com participação da Fiocruz. Em seguida o presidente passou para o  
8 momento da Secretaria de Estado da Saúde com a palavra Marcela Mandú, Gerente de  
9 Planejamento e Gestão que falou da sua indicação para o CES/PB como suplente que  
10 será em breve oficializado, fez justificativa pela ausência do Secretário de Estado o Dr.  
11 Arimatheus não poder participar desta reunião que embora agendada mas por motivo  
12 de pautas de urgência, estará presente na próxima reunião. Na sequência foram  
13 colocadas as Atas da 313<sup>a</sup> e 314<sup>a</sup> Reuniões Ordinárias e a 139<sup>a</sup> Extraordinária, aprovadas  
14 por unanimidade após correções na data da Ata 313<sup>a</sup> e inclusão do nome da conselheira  
15 Samara de Andrade Silva. O presidente falou que foi disponibilizada aos conselheiros a  
16 tabela de correção do Opera Paraíba já aprovada anteriormente, são apenas acréscimos  
17 de alguns procedimentos e uma correção natural para que possa ser realizado, pois a  
18 tabela do SUS de 1996 com correções pontuais até 2008 não funciona. Como em São  
19 Paulo, a Paraíba está implementando uma modesta tabela para o SUS para cirurgias e  
20 outros procedimentos já aprovados como a contratação de exames de laboratórios para  
21 complementar o problema do câncer, perguntou se alguém tinha algum reparo a fazer,  
22 sem comentários foi aprovado por unanimidade. Em seguida o presidente passou a  
23 apalavra para o conselheiro Pedro Paulo que falou do andamento da 4<sup>a</sup> CEGTES, disse  
24 que na reunião de ontem foi finalizada a programação e o regulamento, vai ser  
25 disponibilizado aos delegados um link para quem quiser mudar ou acrescer alguma  
26 coisa, caso não haja alteração será aprovada, os ofícios e convites às autoridades para a  
27 mesa de abertura, a secretaria executiva já enviou, está finalizando a consolidação das  
28 propostas e dirigindo-se a Marcelo Mandú disse que está com pendência de uma  
29 passagem aérea para a conselheira nacional Sueli Barrios como palestrante, já enviado



30 ofício convite aceito pela mesma em abril, solicitou apoio nesse sentido junto a SES. O  
31 presidente passou a palavra para o conselheiro Jamacyr, este falou que a conselheira  
32 nacional Sueli já se programou para participar como palestrante da 4<sup>a</sup> CEGTES não se  
33 comprometendo em outras conferências que fora convidada. Logo o presidente passou  
34 a palavra para a conselheira Ana Carolline, ela disse que fizeram as oficinas  
35 macrorregionais e vários municípios ficaram com algumas pendências, e que já estão  
36 fazendo um trabalho de coleta não só com os gestores, foi acionada a comissão  
37 organizadora, o CES acionou os municípios pelos conselhos municipais de saúde, para  
38 fazer essa organização orientaram realizar reuniões ampliadas, mesmo assim estão com  
39 dificuldades em alguns municípios e CMS respondendo com quatro ou cinco pessoas,  
40 dificultando a questão do controle social nos municípios e as indicações para a 4<sup>a</sup>  
41 CEGTES. Com a palavra o presidente que informou sobre a participação no Seminário  
42 Força de Trabalho do SUS com Ana Carolline, o pessoal da SES, Erica Dantas, presidente  
43 do COSEMS, saúde indígena, mostrando as deficiências que existem inclusive com a  
44 implantação de uma mesa de negociação para que os trabalhadores do SUS possam  
45 desenvolver os trabalhos com mais condições. Ana Carolline completou que vai ser  
46 aplicado um senso em todas as secretarias para levantamento dessa força de trabalho  
47 e um curso para cada estado focado nesse planejamento, inclusive um link que podem  
48 disponibilizar que também está trabalhando nesse sentido. O presidente continuando  
49 falou que não existe nenhuma quantificação dos trabalhadores de saúde, as  
50 informações não são completas, o CNES tem uma informação o IBGE tem outra,  
51 duplicidades de vínculos e outros problemas, por isso a importância do senso. O  
52 presidente falou da liberação das fogueiras juninas pela Assembléia Legislativa e o  
53 CES/PB através de reunião extraordinária emitiu recomendação solicitando ao governo  
54 estadual que essa medida não entrasse em vigor, o governador seguiu a recomendação  
55 não permitindo acender fogueiras. O presidente passou a palavra para o conselheiro  
56 Jamacyr Mendes, este falou que a Paraíba é modelo para outros estados como  
57 Pernambuco, e que mais nove estados do nordeste aderiram ao modelo. Na sequência  
58 o conselheiro Francisco Carlos falou sobre os fogos com estampidos, solicitando  
59 também recomendação, mas como já existe o Projeto de Lei 1.350/2023 que proíbe a  
60 queima, a soltura, a comercialização, o armazenamento e o transporte de fogos de  
61 artifício com estampido, no dia nove de abril deste ano foi aprovada, o presidente falou

H

62 não precisar de recomendação e continuou dizendo que em conversa com o ministro  
63 Antônio Vital do Rego Filho em relação as finanças dos conselhos, disse que a  
64 independência financeira do CES/PB foi em função do Tribunal de Contas da União  
65 praticamente obrigar o estado precisamente a SES justificando que o conselho tinha que  
66 ser independente financeiramente, na época o CES/PB não tinha secretário executivo,  
67 sem material, sem sala, fiscalização dependente do órgão, os conselhos estaduais e  
68 municipais no país ainda sofrem com essa dificuldade, disse ainda que o CES/PB  
69 conseguiu ser Unidade Orçamentária autônoma, que o município de Patos conseguiu  
70 ser financeiramente independente, que a SES algumas vezes deixou de repassar os  
71 recursos do conselho e após recorrer a Secretaria de Finanças como unidade  
72 orçamentária foram liberados diretamente, o ministro Vital do Rego se interessou e  
73 pediu para que ele como presidente do CES/PB entrasse em contato com o presidente  
74 do CNS Fernando Pigatto e juntos marcarem audiência com o Tribunal de Contas da  
75 União para que a exemplo do que fez com a Paraíba possa fazer em todo o país,  
76 regulamentado pela TCU ordenando que os Tribunais Estaduais fiscalizem a efetivação  
77 dessas medidas. O presidente passou a palavra para o conselheiro Edson Cruz que falou  
78 da construção da autonomia financeira dos conselhos de saúde é discussão do Fórum  
79 Nordeste e CNS de acordo com o acórdão 1130, com o Tribunal de Contas da União, o  
80 relatório 3350 do DENASUS diz que os CES e CMS não podem depender das secretarias  
81 por serem órgãos de fiscalização e terem seus equipamentos como telefones, internet,  
82 carro próprio para fazer seu trabalho acompanhando a política do SUS, disse que o CNS  
83 entra para fechar os 5400 municípios do país fortalecendo o controle social, citou o  
84 município de Patos. O presidente passou a palavra para a senhora Arindelita Arruda, ela  
85 falou que é uma das fundadoras do CES/PB e conselheira, foi conselheira nacional e no  
86 DF, é aposentada mas não inativa, tem intenção em retomar um conselho popular em  
87 defesa do SUS com muitos desafios, e junto com o CES fazer um movimento articular  
88 principalmente com os usuários. O presidente passou a palavra para Jamacyr que falou  
89 do Conselho Estadual de Saúde do Amazonas como modelo do CES/PB para conseguir  
90 Unidade Orçamentária, servindo como exemplo para os demais estados e municípios.  
91 Em seguida passou a palavra para Ana Carolline que falou da falta de apoio de um  
92 técnico do CES, para colaborar na capacitação dos conselhos municipais de saúde  
93 necessária para o fortalecimento do controle social, ouvindo os municípios e trocando



94 experiências. O presidente falou que esse trabalho já foi realizado de maneira efetiva  
95 inclusive com a parceria do Tribunal de Contas, o CGE e o Ministério da Saúde, levando  
96 informações de caráter técnico para que os secretários e conselheiros tomassem  
97 conhecimento do que era importante sendo interrompido com a pandemia, disse que  
98 provavelmente será dado continuidade no próximo ano. Falou ainda que o conselho não  
99 é para se discutir política partidária e sim discutir saúde, nesse conselho cada um tem  
100 sua posição não discutindo política, o trabalho é técnico e sempre foi colocado para os  
101 conselhos municipais essa mesma posição. O presidente passou a palavra para a  
102 conselheira Débora que falou das dificuldades durante a pandemia, na continuidade dos  
103 trabalhos da educação permanente do conselho, a capacitação, disse que é prioridade  
104 como também a regionalização, que o ministério da saúde está à disposição para  
105 colaborar. O presidente passou a palavra para o conselheiro Pedro Paulo que falou da  
106 deficiência quanto a presença do usuário nas conferências de saúde, falta divulgação  
107 por parte do município, política é feita para o usuário que precisa ter acesso à saúde.  
108 Participa o gestor, o trabalhador e o prestador de serviços, mas o usuário que é o  
109 principal interessado não participa, acontece tanto nas conferências das macros como  
110 na estadual, disse que quando é para ir à Brasília as pessoas se inscrevem erroneamente,  
111 que a gestora de Cuité se inscreveu como usuária, saiu como delegada e foi retirada da  
112 conferência. Disse que o plano municipal de saúde é ctrlC ctrlV quando a realidade é de  
113 diferentes municípios, a questão do Hospital Regional de Patos que virou Hospital Macro  
114 Regional não dar suporte a população e sem fiscalização do conselho municipal deixa o  
115 usuário á sofrer. O presidente passou a fala para a conselheira Débora, esta falou da  
116 questão do usuário entender o que é uma conferência, já melhorou bastante mas tem  
117 muito o que fazer para incentivar o usuário à participar desse evento. O presidente  
118 passou a palavra para a conselheira Erica que falou da preocupação com a participação  
119 como um todo, que existe uma fragilidade geral diante da transformação digital no  
120 mundo, havendo necessidade de capacitação e informação, lembrou das comissões do  
121 CES, de reativar o Participa Mais, reativar a Comissão de Educação Permanente  
122 retomando com urgência de forma articulada, lembrou que o conselho é importante  
123 mas a participação social é mais ampla, que o importante é trazer as pessoas para o  
124 debate. O presidente lembrou que esse ano não dar para mobilizar muita coisa pois é  
125 ano de eleições municipais e na sequência passou a palavra para Marcelo Mandú que



126 falou do programa Paraíba contra o Câncer já lançado pelo governo estadual com  
127 aprovação na CIB e que compõe o Plano Estadual de Oncologia, que está em fase de  
128 elaboração dos editais inclusive de chamamento para participação da rede  
129 complementar das filantrópias, que a rede estadual de serviços próprios contratualizará  
130 os profissionais para atender de forma descentralizadas nas regiões para apoio e  
131 diagnóstico aos usuários que necessitam de exames especializados como biópsias e  
132 diagnóstico, que hoje as unidades de alta complexidade estão em JP e CG. Falou dos  
133 serviços públicos que não oferecem todos os exames, a UNACON no município de Patos,  
134 que o programa Paraíba contra o Câncer integra outros serviços do estado como o  
135 Hospital Regional de Catolé do Rocha, Pombal, Sousa, serviços da terceira macro,  
136 Campina Grande, Serviços da rede estadual de Monteiro, Picuí, Guarabira,  
137 Mamanguape, Itabaiana, serviços do estado que apoiam naquilo que tem de serviços  
138 ofertados e de capacidade instalada. Disse que oncologistas serão os profissionais que  
139 estarão atendendo contratualizados pela SES, e os serviços filantrópicos aprovados pelo  
140 CES e na CIB, a abertura de gestão dupla de serviços de filantrópica, disse ainda que a  
141 Secretaria Municipal de Saúde abriu o CNES sendo possível o estado contratualizar esses  
142 serviços e dar apoio a população do SUS usuários em oncologia. O presidente falou que  
143 o controle social tem obrigação de parabenizar o estado pela interiorização dos serviços  
144 de alta complexidade, falou também da contratação dos serviços do Hospital São  
145 Francisco em Patos para prestar serviços de alta complexidade sendo encaminhado ao  
146 CES para que se possa corroborar com essa contratação de forma que a população de  
147 todo o sertão tenha melhor acesso ao atendimento do usuário do SUS. Seguindo, o  
148 presidente passou a palavra para Claudemir presidente do CMS do município de Patos,  
149 este falou da grandeza que é a pactuação que o estado está fazendo com o Hospital São  
150 Francisco, serviços , leitos de UTI, disse que veio para agradecer o apoio do conselho, do  
151 governo do estado, os que fazem o controle social, o CMS/Patos, estão engajados para  
152 cooperar e todos os serviços disponibilizados para as cidades de João Pessoa e Campina  
153 Grande, que o sertão também tenha esse atendimento, pacientes que deixaram de fazer  
154 seus tratamentos pela distância dos centros de referência muitos perderam a vida. O  
155 presidente falou que o estado está resolvendo um problema que é do SUS da maior  
156 importância, que o estado tem teto financeiro, os hospitais credenciados como o  
157 Hospital N. Laureano, o Hospital São Vicente de Paulo e outros ao atingir o valor limite



158 não pode atender mais ninguém. Em cima das tabelas defasadas do SUS o estado está  
159 colocando recursos próprios para suprir essas deficiências. Disse que no ano de 2023 o  
160 estado além dos gastos de 12% constitucionais na saúde, gastou a mais trezentos e  
161 cinquenta milhões no atendimento aos usuários do sistema. O presidente passou a  
162 palavra para Marcelo Mandú que disse ser as falas dos presidentes do CES e CMS/Patos  
163 resultado da abertura da Gestão Dupla de serviços privados, que com a contratualização  
164 do Hospital São Francisco em Patos o atendimento será estendido para toda região e  
165 macro região, fruto do trabalho e discussões nas reuniões, da pactuação conjunta, que  
166 essa é uma construção que precisa ser fortalecida. O conselheiro Jamacyr entrou falando  
167 que esse é o SUS que funciona, ao trazer uma demanda do controle social do CMS/Patos,  
168 hoje vemos o resultado positivo. O presidente passou a palavra para o conselheiro Edson  
169 Cruz que também falou da importância dessa parceria em Patos, que pacientes de  
170 hemodiálise precisam de casa de apoio para os motoristas que trazem o paciente e  
171 voltam no mesmo dia, disse que na pandemia houve o movimento do controle social no  
172 nordeste e criaram o foro de educação permanente, o próximo será em Quixadá. Falou  
173 que o nordeste se reunirá em torno de cinquenta a cem pessoas por estado para fazer  
174 suas reivindicações, falar das suas dificuldades. Caroline entrou e falou que o  
175 subfinanciamento é um desafio histórico, e que estão sempre batalhando para que o  
176 SUS seja protegido, disse que se sente contemplada com a fala de Marcelo Mandú, que  
177 a regionalização é uma forma de encará o desafio do subfinanciamento com gestão mais  
178 inteligente e integrada. O presidente colocou em votação do conselho o Hospital e  
179 Maternidade Luís Antônio no município de Pocinhos, para que a SES/PB possa assumir  
180 o hospital por meio de cessão da prefeitura para o estado, sendo aprovado por  
181 unanimidade. O presidente falou que em relação a vacina influenza, o CES/PB também  
182 coloca em votação um incentivo financeiro para o município que atinja 90% de  
183 cobertura vacinal nos idosos e crianças, sendo aprovado por unanimidade. Dando  
184 sequência, o presidente disse que o CES está enviando para todos os municípios a  
185 Recomendação nº 3 de 18 de junho de 2024. Considerando que todas as esferas de  
186 governo devem garantir a autonomia financeira para o pleno funcionamento do  
187 Conselho de Saúde com dotação orçamentária, estrutura administrativa e secretaria  
188 executiva; Considerando que os Conselhos de Saúde são instrumentos de controle social  
189 com participação paritária de segmentos de usuários, trabalhadores da saúde,



190 prestadores de serviços do SUS, e representantes do governo, na formulação de  
191 estratégia e no controle da execução da política da saúde, bem para o acompanhamento  
192 permanente dos encaminhamentos e efetivação das deliberações aprovadas em suas  
193 reuniões plenárias e nas Conferências de Saúde direcionadas à gestão das secretarias,  
194 inclusive, aspectos econômicos e financeiros; Incluir na Proposta Orçamentária para o  
195 exercício financeiro de 2025 recursos orçamentários para garantir a efetiva autonomia  
196 orçamentária e financeira dos Conselhos de Saúde dos municípios do Estado da Paraíba,  
197 para que haja o efetivo controle social na saúde. Disse ainda que apesar da lei mandar  
198 que seja feito dessa forma, eles simplesmente não o fazem, que estão com audiência  
199 marcada com o presidente do Tribunal de Contas do Estado sr. Nominando Diniz, para  
200 solicitar que haja fiscalização por parte do Tribunal, disse que falou com o sr. Gilmar  
201 Martins secretário de planejamento, que existe um problema no Sistema Único de  
202 Saúde que prejudica sobremodo o estado, pacientes que tem plano de saúde são  
203 atendidos pelos hospitais dos estados e municípios, o ministério cobra muito mau e  
204 quem presta os serviços não recebem o dinheiro que o ministério recebe, o secretário  
205 sugeriu que o CES fizesse uma recomendação ao governador para mobilizar a bancada  
206 federal que terá apoio de todos os estados da federação, de quem presta serviços cobrar  
207 por uma tabela nacional, dos planos de saúde dos seus estados. Disse que os estados e  
208 municípios tem despesas sem nenhum resarcimento, que os materiais utilizados, as  
209 órteses e próteses são caríssimas, disse que com certeza o governo do estado vai aceitar  
210 a idéia e os demais estados da federação que prestarem serviços serão beneficiados. O  
211 presidente passou a palavra para o conselheiro Edson Cruz que falou no estado de São  
212 Paulo já utiliza o procedimento, o presidente falou que a regulação federal é mais  
213 importante que a estadual, o conselheiro Pedro Paulo falou que essa mobilização  
214 poderia ser feita como foi no movimento Saúde Mais Dez, a ECO 29, que se reuniram  
215 com todos os estados do nordeste, foi eleita comissão e conselheiros estaduais foram  
216 nos gabinetes dos senadores e deputados federais exigir deles, disse que é uma forma  
217 de pressionar, tirar uma pauta e marcar um dia para ir a Brasília junto a todos os demais  
218 estados, será mais interessante e eficaz. O presidente falou que acha mais prático fazer  
219 um trabalho junto aos conselhos sem a necessidade de ir à Brasília diante do interesse  
220 dessa implementação em todos os estados. O presidente passou a palavra para Marcelo  
221 Mandú que falou da existência hoje principalmente os usuários que são atendidos nos



222 hospitais de urgência, traumas onde tem grande demanda a nível nacional os planos de  
223 saúde já fazem o ressarcimento diretamente ao governo federal que cobra mau e não  
224 repassa para os estados e municípios, ele acha que a opinião do presidente é importante  
225 e válida mobilizando todos os conselhos. O presidente passou a palavra para Ana  
226 Carolline, esta solicitou que o documento seja encaminhado ao COSEMS para ser  
227 enviado aos CMS e SMS também. Como nada mais havia a ser tratado, o presidente deu por  
228 encerrada a reunião, eu Maria Elisabete de Melo transcrevi a presente ATA, assinada por mim e  
229 pelos demais presentes.

230 João Pessoa, 24 de julho de 2024.

231 Afonso Vieira Lianza Filho  
232 Antonio Eduardo Cunha  
233 Ana Caroline Carvalho Santos  
234 Cleison Maia da Silva  
235 Edson Cruz da Silva  
236 Emanuela Santos Maciel Grange  
237 Erica Simone Barbosa Dantas  
238 Francisco Carlos Bezerra  
239 Jamacyr Mendes Justino  
240 Jaqueline Vitorino da Costa  
241 Joana Batista Oliveira Lopes  
242 Luciano Correia Carneiro  
243 Pedro Paulo Araújo Peixoto  
244 Rayana Vanessa de Lima  
245 Samara de Andrade Silva  
246 Sitonio Henrique da Cruz  
247 • Maria Elisabete de Melo